
Escola: Lugar de Ideologia(s)? Qual(is)? - Análise sobre o Movimento Escola "Sem" Partido

Escuela: Lugar de Ideología (s)? ¿Cual (es)? - Análisis sobre el Movimiento Escuela "Sin" Partido

School: Place of Ideology (s)? What (s) - Analysis of the "Without" School Movement

Anderson de Sousa

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) – *campus* de Francisco Beltrão. E-mail: pgno_ads@hotmail.com

Fabricio Pedrosa Bauab

Docente do Colegiado de Geografia - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) - *campus* de Francisco Beltrão. E-mail: fabriobauab@yahoo.com.br

Recebido: 07 de novembro de 2018 Aceito: 21 de janeiro de 2019
Disponível on-line em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica>

Resumo - A discussão a respeito da ideologia nas escolas nunca esteve tão em alta como em dias atuais na incipiente democracia brasileira. Aliás, é como se, de uma hora para outra começássemos a perceber, questionar algo, até pouco tempo, impensável, pelo menos na história recente de nosso país. A despeito de querer afirmar que a escola não é lugar de ideologia alguns grupos que lograram êxito nos últimos anos, pelo mal momento econômico e político, buscam, na verdade, de uma maneira intransigente, suprimir por completo as discussões que tratam, sobretudo, da teoria crítica, e que buscam, através do legado de grandes autores nacionais, a exemplo do professor e escritor Paulo Freire, ou internacionais, como o filósofo Karl Marx. É para entender toda essa situação e essa passividade que buscamos compreender, e mensurar o quanto os aparelhos ideológicos, especialmente a escola, e a ideologia dominante, interferem na compreensão de mundo pela sociedade como um todo. Também, por entendermos que essas ideologias estão postas à sociedade, pelos diversos aparelhos, buscando nos impregnar a visão clássica conservadora, de preferência pelo liberalismo econômico, em detrimento de uma visão mais social.

Palavras chave: Ideologia dominante; Cerceamento; Neutralidade.

Resumen - La discusión sobre la ideología en las escuelas nunca estuvo tan al alza como en días actuales en la incipiente democracia brasileña. Por otra parte, es como si, de una hora a otra comenzáramos a percibir, cuestionar algo, hasta poco tiempo, impensable, al menos en la historia reciente de nuestro país. A pesar de querer afirmar que la escuela no es lugar de ideología algunos grupos que han logrado éxito en los últimos años, por el mal momento económico y político, buscan, de hecho, de una manera intransigente, suprimir por completo las discusiones que tratan, sobre todo, la teoría crítica, y que buscan, a través del legado de grandes autores nacionales, a ejemplo del profesor y escritor Paulo Freire, o internacionales, como el filósofo Karl Marx. Es para entender toda esa situación y esa pasividad que buscamos comprender, y medir cuánto los aparatos ideológicos, especialmente la escuela, y la ideología dominante, interfieren en la comprensión del mundo por la sociedad como un todo. También, por entender que esas ideologías están puestas a la sociedad, por los diversos aparatos, buscando impregnar la visión clásica conservadora, preferentemente por el liberalismo económico, en detrimento de una visión más social.

Palabras clave: Ideología dominante; Restricción; Neutralidad.

Abstract - The discussion about ideology in schools has never been so high as in present day in the incipient Brazilian democracy. In fact, it is as if, from one moment to another we began to perceive, to question something, until recently, unthinkable, at least in the recent history of our country. In spite of

wanting to affirm that the school is not a place of ideology, some groups that have succeeded in the last years, due to the bad economic and political moment, in fact try, in an intransigent way, to suppress completely the discussions that deal, mainly, of the critical theory, and who seek through the legacy of great national authors, such as the professor and writer Paulo Freire, or international, such as the philosopher Karl Marx. It is to understand all this situation and this passivity that we seek to understand, and to measure how ideological apparatuses, especially the school, and the dominant ideology, interfere in the understanding of the world by the society as a whole. Also, because we understand that these ideologies are put to the society, by the diverse apparatuses, trying to impregnate us the classic conservative vision, preferably by the economic liberalism, to the detriment of a more social vision.

Keywords: Dominant ideology; Restriction; Neutrality.

Introdução

Este trabalho, parte complementar de dissertação na área do conhecimento geográfico, tem por finalidade contribuir para uma temática amplamente debatida, especialmente em dias atuais. Acreditamos que, dentre outros motivos, isso se deva pela interferência daqueles que visualizam os espaços escolares como lugar de repassamento de ideologias, aliás, algo recorrente em nosso atual cenário. Em nossa visão, de fato a escola, como Aparelho Ideológico do Estado (ALTHUSSER, 1970) tem contribuição nesta área, mas, sobretudo, reproduzindo a ideologia dominante, um pouco diferente do que apontam alguns grupos sociais, tal qual os defensores do chamado “Escola sem partido”.

Partimos do pressuposto de que a ideologia dominante é a que persiste em permanecer nos espaços acadêmicos, bem como na sociedade em geral, por se constituir também como a “ideologia das massas” como apontava Gramsci (1999). Destarte, vemos o Estado com papel de destaque, também por defender interesses que vão de encontro à luta de classes e à equidade social.

Nesse sentido, propomos uma discussão que leve em conta esses condicionantes, analisando-a assim, como uma questão política relevante em nossa formação social. Por fim, buscamos discutir o papel da teoria crítica e a formação de “intelectuais orgânicos” (GRAMSCI, 1999) para a compreensão desta configuração e, logo, a luta pela superação da ideologia dominante na busca pela revolução social, ou, ao menos, para que busquemos muito mais do que o desenvolvimento econômico e tecnológico, mas, sobretudo, para que haja desenvolvimento social.

Ideologia e Ideologia Dominante

A música “Ideologia” (CAZUZA, 1988), composta por Frejat e Cazuzza, lançada, por sinal, em tempos de intensas discussões políticas e ideológicas pelo qual passou nosso país, mostra-se instigante, atentando para o fato de que todos possuem uma formação discursivo-ideológica, mesmo que não se compreenda isso totalmente. Sobretudo no trecho “ideologia, eu quero uma pra viver”, remete-se ao fato de que “tudo é ideologia”, e de que não se pode, pois, escapar dela. Todavia, cabe a cada um escolher qual ideologia assumir, qual concepção de mundo, de vida, de ser humano.

O termo *ideologia*, segundo Marx e Engels (1993), Chauí (1981) e Althusser (1970) teria sido utilizado primeiramente pelo filósofo *Destut de Tracy* (1754-1836) que o designou apenas como a “ciência das ideias”. Notadamente, tem se tornado mais complexo e de maior investigação pelas diversas correntes filosóficas, ganhando destaque na interpretação materialista histórica dialética, que se constitui como método analítico dos autores destacados.

Se nada é por acaso e se não existe neutralidade (Demerval Saviani discute isso, ao apresentar as várias pedagogias – críticas, não críticas e reprodutivistas, cada qual com sua intencionalidade, em *Escola e Democracia*, 1999) nas interpretações que temos do mundo e das pessoas com quem convivemos, não deviam as pessoas em geral, aderir abertamente a

alguma ideologia tal qual apontava Cazusa? Ora, este trabalho parte do pressuposto de que o mundo que conhecemos optou sim por uma delas, a ideologia dominante, obliterando-nos de outras, nos cerceando e amoldando.

Saviani (2003), aliás, aponta que socializar o conhecimento, por si só, configura ação política, haja vista o fato de que toda sociedade democratizada surge da necessidade de difundir o conhecimento às diferentes camadas sociais, sendo este, peça chave para a formação cidadã e para a inserção dos sujeitos no próprio mercado. Ele diz isso nessa obra em que procura estabelecer a relação da educação com a política, por entendê-la como fundamental. Logo, ser humano é, por natureza, ser político.

Sobre a temática, Althusser (1970), nos moldes freudianos, talvez, afirma que a ideologia transcende toda a história, é atemporal, onnipresente e eterna como o inconsciente. Seria uma representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições de existência. Mas faz, ao mesmo tempo, uma alusão e uma ilusão do mundo.

Entretanto, mesmo crendo na existência de diversas ideologias, avalia-se que existem posicionamentos arraigados em construções filosóficas, científicas, e também, pensamentos e afirmações, que pura e simplesmente acabam possuindo ligação com o que Gramsci (1999) entende por “senso comum”, atrelado à religião ou credences populares, sem conotação ou comprovação técnico-científica.

Ademais, percebe-se, na sociedade atual, em que o modo capitalista de produção, e a visão liberal/conservadora predominam, como força motriz, uma forte tendência a aceitação desta ideologia, em detrimento de outras. Além disso, percebe-se a escola como um lugar que compõe esta mesma sociedade, não estando fora deste contexto. Diante disso, não estaria a escola, mesmo que não explicitamente, agindo como reprodutora desta realidade social? Como um verdadeiro aparelho ideológico a serviço da ideologia dominante?

Althusser (1970), assim como Gramsci (1999), aponta como “Aparelho Ideológico” o próprio Estado, com características de repressão, criado e objetivado pela classe dominante a partir das revoluções burguesas, como a Francesa e a Inglesa, do final do século XVIII, e a Americana, posteriormente, que deram suporte ao liberalismo econômico.

Aponta ainda, outros aparelhos ideológicos, também criados para manipular e moldar a forma dos indivíduos desta sociedade pensar, tais como: as instituições religiosas, o seio familiar, as instituições jurídicas, políticas, sindicais, de informação, os meios culturais e a própria escola.

Nas teorias marxiana e gramsciana esses elementos estariam compondo a *superestrutura* capitalista, condicionada pela *infraestrutura*, base dessa sociedade (MARX, 2008; GRAMSCI, 1999). Tais possuem a incumbência de mostrar o mundo pelos vieses Idealista e Naturalista, ou seja, naturalizando, entre outros antagonismos, a hierarquização social, a exploração do homem e, por conseguinte, a desigualdade social. Essa visão, que se estabeleceu como a “ideologia dominante” persiste em subjugar os espíritos para que interpretem o mundo pelo seu prisma.

É crível, então, que nosso mundo, apesar de apresentar características multifacetadas e ampla diversidade ideológica, se divide entre duas concepções centrais, que se contrapõem obviamente: a visão liberal conservadora, com os principais ideários difundidos pelas revoluções burguesas supracitadas (base do capitalismo moderno) de viés idealista e naturalista, e a visão materialista histórica dialética, de interpretação crítica, totalizante, arraigada na compreensão dos fatos reais, e compreendida por buscar a essência para além das aparências fenomênicas e imediatas. (NETTO, 2011).

Sobre a concepção Idealista, que está na raiz da visão (ideologia) predominante, mesmo nas sociedades modernas, pode-se afirmar que ela prioriza as ideias ao homem real,

as coisas concretas e suas relações. Assim, o ideal de homem e de sociedade estaria contido primeiro no campo metafísico, ou, no campo das ideias. Feuerbach, filósofo alemão do século XIX, por exemplo, acreditava que o homem ideal buscava se assemelhar a Deus (ALTHUSSER, 1970; MARX & ENGELS, 1993).

Merece destaque ainda, das revoluções burguesas supracitadas, que elas deixaram de herança, na atualidade, muitos fetiches e crenças lançados pelos ideais defendidos nesses períodos. Destes, evidencia-se o primado da Revolução Francesa, os ideais de *Liberdade, Igualdade e Fraternidade* (MELLO & DONATO, 2011) cujo lema, ainda serve de base, inclusive para a atual carta magna nacional (Constituição Federal de 1988), sobretudo no seu preâmbulo e em seus primeiros artigos que contemplam, entre outros, o exercício dos direitos de “liberdade, de igualdade e justiça”, também como princípios fundamentais.

Vê-se, é claro, na cristalização do pensamento burguês, e na tomada do poder por estes, em relação ao clero e a nobreza, um importante movimento histórico que propiciou progressões. Destacam-se, desse período, como mola propulsora do desenvolvimento moderno, a decadência do pensamento clerical, o racionalismo como propulsor do saber e a colocação do indivíduo como centro do universo (MELLO & DONATO, 2011), valores que tiveram seu embrião no Renascimento e no advento da Ciência Moderna.

Ademais, destaca Engels (1976) que o modo capitalista de produção, apesar de ocasionar muitos antagonismos, foi o que mais fez a humanidade avançar no quesito produção/base produtiva. E, em se tratando de macroeconomia, para o autor, tudo o que até hoje possuímos de ciência econômica se reduz quase que exclusivamente à gênese e ao desenvolvimento do regime capitalista de produção, sobretudo do século XVIII em diante, após as revoluções burguesas.

Deste modo, pode-se observar que tais revoluções é que possibilitaram a formação dos Estados modernos e, posteriormente, a consolidação do capitalismo. Inglaterra, França, e seus casos, foram os primeiros e mais importantes nesse processo, apresentando ao mundo as revoluções industrial e francesa, respectivamente (COTRIM, 2010).

Todavia, se apenas focar nestes fatos, não se considerará as múltiplas determinações, haja vista que, para se chegar ao estágio atual de desenvolvimento, foram necessárias drásticas mudanças que, não obstante, foram menos positivas. Destas, pode-se destacar a destituição dos meios de produção pela classe trabalhadora, quando do nascimento das modernas indústrias capitalistas, na Revolução Industrial Inglesa (COTRIM, 2010) ou, as transformações internas, radicais, que as sociedades modernas foram impelidas a aceitar (COSTA, 2002), primeiramente pelos países centrais, mas também, especialmente em dias atuais, nos considerados, emergentes.

Historicamente, para Althusser (1970), existe um pequeno grupo de homens cínicos assentando sua dominação e exploração do povo, apresentando uma representação falseada do mundo, que inventaram para subjugar os espíritos, dominando a imaginação das pessoas, pela religião, pela política, pela falsa ciência idealista.

Debord (1997) considera, aliás, que vivemos em um mundo totalmente ilusório, no qual os espetáculos criados fazem com que não se perceba realmente como as coisas se materializam. Tudo isso, para que a elite dominante, detentora das ideias dominantes se perpetue no poder, como ideologia de todas as massas.

Na realidade, ele apresenta mais de duzentas teses buscando comprovar essa ideia em sua obra. Em princípio se atenta para o fato de que a vida nas sociedades onde reinam as modernas condições de produção propicia uma imensa acumulação de espetáculos. Assim, tudo o que era realmente vivido, antigamente, se tornou, na atualidade, uma grande representação (DEBORD, 1997).

Esses espetáculos unificam a sociedade, e se expressam nas relações sociais diversas. Dessa maneira, eles acabam por intervir no real, fazendo dos seres explorados, seres passivos e/ou omissos, cegos, pois estes não percebem o quanto alguns elementos, e a própria organização dessa sociedade o destitui de alguns sentimentos e, sobretudo, do discernimento necessário à sua compreensão (DEBORD, 1997).

Para compreender tudo isso, reitera o autor, se faz necessário uma escola que capacite os indivíduos de maneira crítica e emancipatória, algo que converge com os ideários apresentados por autores da teoria crítica renomados internacionalmente, como o brasileiro Paulo Freire (1921-1997), que lutava por essa bandeira, de uma pedagogia libertária, e do filósofo alemão, Karl Marx (1818-1883), que logrou desvelar o modo capitalista de produção, seus principais meandros, e a ideologia burguesa que o tornou possível.

Sobre a aceitação de determinada ideologia, mesmo que não se perceba, pela maioria dos indivíduos, Althusser (1970) destaca que a partir disso, dessa aceitação, o indivíduo tomará algumas atitudes, no mundo real, que o farão dar vida a ideologia que lhe foi impelida. Se não as faz, muito provavelmente estará dando vida a outro tipo de ideia, ou ideologia, mas todos agem de acordo com suas crenças (ou as que são coagidos a acreditar).

No campo da ciência, Konder (2009 p.101) aponta-nos que seria ingênuo acreditar numa separação entre ciência e ideologia, pois isto seria uma deficiência da compreensão do pensamento ideológico. [...] “Isso não ocorre. O ideológico não exclui o científico”.

As práticas, aliás, em todos os locais, só existem através das ideologias. E elas só existem através dos sujeitos, e para os sujeitos reais. Tanto o escritor dessas linhas, quanto o leitor são sujeitos, e, espontaneamente, ou, naturalmente, são sujeitos ideológicos. O homem, por natureza, é um animal ideológico (ALTHUSSER, 1970).

Destarte, fica claro, que as ideologias travam, constantemente, debates e tensões nos diversos espaços. As pessoas estão, peremptoriamente, aprendendo e “lendo” o mundo que os cerca, pois não é somente na escola que se aprende (BRANDÃO, 1988). Todavia, ela possui lugar de destaque nas discussões que procuram entender os entremeios deste corpo social, e na escola, por ser lugar do conhecimento, e porque não, das ideologias?

Fica perceptível, assim, que as escolas, como parte desta sociedade, é também, lugar de discussões ideológicas, de posicionamento político. Não obstante, é evidente que não se pode, na função de professor, obrigar explicitamente os alunos, coagi-los a optar por esta ou aquela concepção filosófica, mas, se o fazem, muito provavelmente farão no sentido de valorizar a concepção predominante, por ser esse lugar, um aparelho ideológico.

Para o Movimento *Escola Sem Partido*, contudo, a escola é lugar de neutralidade científica, lugar de descrição do mundo, de aceitação e não de questionamento, enfim, de naturalização dos problemas sociais diversos, e não de compreendê-los como frutos de uma construção social desigual. É o que se buscará analisar em sequência.

A Escola é Lugar de Ideologia? Qual (is)?

No ínterim das discussões até aqui levantadas, esclarecemos que há, contudo, um intenso debate sobre a atuação, nos espaços escolares, daquilo que se considera, especialmente pelo movimento *Escola sem partido*, por “lugar de doutrinação”. Para a organização desse movimento, segundo sítio específico na internet, “no Brasil, a despeito da mais ampla liberdade, boa parte das escolas, tanto públicas, como particulares” [...] “vítimas do assédio de grupos e correntes políticas e ideológicas com pretensões claramente hegemônicas, essas escolas se transformaram em meras caixas de ressonância das doutrinas e das agendas desses grupos e dessas correntes” (ONG ESCOLA SEM PARTIDO, 2018).

Para esse grupo ainda, os professores, a pretexto de querer transmitir aos alunos uma visão “crítica” da sociedade, um sem-número de “militantes travestidos de professores se faz valer da liberdade da cátedra e dos ambientes fechados em sala de aula para fazer dos alunos, discípulos das ideologias de seus partidos políticos”. Quanto ao aspecto educacional são adeptos da “pedagogia libertadora” que visa, entre outros, a transformação da educação (ONG ESCOLA SEM PARTIDO, 2018).

Parece não estar errada a visão da organização em relação à classe que milita pela emancipação dos homens, mas, justamente pelos apontamentos demonstrados até aqui, parece-nos que nosso sistema de ensino, na realidade, não possibilita galgarmos muito na direção contrária, isto é, irmos de encontro à lógica produtiva de formação para o trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional, por sinal, deixa isso evidente logo no seu artigo segundo, quando afirma que a educação, sendo “dever da família e do Estado”, e, “inspirada nos princípios de liberdade” [aos moldes da lei maior - CF], “tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu **preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho**” (LDB, Art. II, 1996 – grifos nossos).

Ademais, por mais que se entenda que seja mesmo esse o caminho, pela via da “Pedagogia da libertação”, do educador e filósofo brasileiro, Paulo Freire, com notório reconhecimento internacional, já afirmado anteriormente, um caminho que ensine o aluno a pensar por si próprio o mundo em que ele se insere, não se visualiza, pelo menos não na formação básica, a priorização por formar sujeitos críticos e atuantes em seu meio como regra. Pelo contrário.

Corroborando, Saviani (1999, p. 99), referindo-se à sociedade atual como um todo, salienta que “as sociedades de classe se caracterizam pelo primado da política, o que determina a subordinação real da educação à prática política”. Dessa forma, essa prática é que determina os rumos da educação e dos demais setores sociais, e a educação, por si só não será capaz de mudar essa lógica, tampouco, transformar o mundo, mesmo que se queira e que se lute muito para isso acontecer.

Necessita-se, pois, compreender a dialética totalizante, os movimentos históricos e os indícios apontados. É plausível também afirmar, que não se pode buscar compreender determinado fato em si, sem que se recorra ao contexto histórico, quais os interesses e os principais interessados por detrás dos fatos, das aparências.

Nestes termos, o que propõe o *Escola “Sem” Partido* (assim mesmo – com aspas na palavra *sem* – como demonstra-nos Frigotto, 2017), trata-se, na verdade, de uma aberração. Ao contrário do que se apregoa, de que a escola seja um lugar de não criticidade, de contemplação apenas daquilo que está justaposto, predeterminado, muitas vezes como algo natural, imutável, inerente ao ser humano.

A escola, o professor, ou qualquer que seja a instituição ou o sujeito (social e político) em qualquer lugar que vá ministrar aula uma fala qualquer, mesmo que simples, não conseguirá se despir de suas convicções, assim afirma o autor da teoria da *Análise do Discurso Francesa*, Michel Pêcheux (PÊCHEUX, 1995). Talvez nem deva.

Dos vários autores que discutem a falácia de que na escola não se pode optar, ou, ao menos, demonstrar-se contra ou a favor de determinada ideia, salientamos também Frigotto (2017). Para este autor,

A “esfinge”, da mitologia grega, o “ovo da serpente”, do filme com o mesmo título de Ingmar Bergman, e as crônicas “O Alarme” e “Ódio”, de Luis Fernando Veríssimo, podem ser evocados como interpelação para entender aquilo que está subjacente ao ideário do Escola Sem Partido e seu sentido de ameaça a vivência social e à liquidação da escola pública como espaço

de formação humana, firmado nos valores da liberdade, de convívio democrático e de direito e respeito à diversidade (FRIGOTTO, 2017, p. 17).

A “esfinge” citada pelo autor representa algo que é apresentado como um grande enigma a sociedade, tendo, portanto, poucos que a compreendem, tal qual a esfinge da mitologia grega que devorava os viajantes no portal da chegada à cidade de Tebas. A figura do “ovo da serpente” retrata, para Frigotto, o momento único no Brasil de desagregação social.

“O alarme” traz advertência a este momento, enigmático, preocupante, e “Ódio” diz respeito a nossa formação histórica, da qual Veríssimo tinha consciência de uma sociedade escravocrata e colonizadora, de uma classe dominante que acabou por incorporar em seu DNA estas especificidades.

Neste pequeno texto, Frigotto (2017) consegue identificar o contexto pelo qual passamos que, carece, de fato, que se esteja tão atento quanto o personagem Édipo, da mitologia grega. E, que se saiba compreender quais são as premissas deste movimento para buscar dialogar com toda a sociedade, sem deixar para uma minoria decidir os rumos da educação nacional, que há muito tempo, apresenta-se cambaleante pelas razões apontadas pelo autor.

Ora, para identificar isso, deve-se contextualizar e compreender a época em que atual, pois tudo está interligado. O movimento que se auto intitula *Escola “sem” Partido* parte da premissa de que os professores, em sala de aula, se aproveitam de sua titulação, de sua condição de autoridade em relação aos alunos para “doutriná-los”.

Frigotto (2017) considera que este movimento está vinculado a forma regressiva assumida pelas relações sociais classistas do atual momento do capitalismo mundial, aliadas a costumeira prática de golpes institucionais ao Estado brasileiro pela classe burguesa/dominante.

O livro, organizado por Frigotto, *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*, por sinal, aborda por completo esta temática, que tem sido frequentemente discutida em vários estados e municípios, especialmente a partir da criação do projeto de lei 867/2015, pelo deputado federal *Izalci Lucas* (PSDB-DF), apesar do movimento em discussão ter tido início no ano de 2004, pelo advogado *Miguel Nagib* (Sala Debate/Futura, 2016).

Por sinal, os nove capítulos da supracitada obra pautam sobre a necessidade da classe trabalhadora se organizar, aprofundar seus fundamentos teóricos, organizarem-se politicamente, pois, para os autores, este movimento não passa de uma visível estratégia no sentido de retroceder a educação nacional para um momento em que não havia discussões críticas, nem resistência aos ataques realizados diuturnamente pela mídia, pelo judiciário, e por diversas instituições que formam a *superestrutura* capitalista que preza pela permanência do *status quo* e, por isso mesmo, pela não emancipação popular.

O mesmo autor alerta para os perigos ao ensino público a partir desse movimento unilateral, que não quer discutir com os principais interessados suas premissas. Alerta também para o esvaziamento da função principal da escola pública, quer seja, a formação para a emancipação humana, fundamentadas nos valores democráticos e de respeito às adversidades.

Entretanto, considerando também o contraditório, e para que se possa realizar a síntese (tese e antítese) deve-se dar ouvidos também ao outro lado. Por isso mesmo destacamos um vídeo/debate retirado do site *YouTube*, no qual, através do canal *Futura*, realizou-se um debate entre o idealizador do *Escola Sem Partido*, *Miguel Nagib*, e um professor/historiador da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, *Fernando de Araújo Penna*.

Primeiramente, Miguel afirma que, de 2014 em diante, da fundamentação do primeiro projeto de lei do Movimento para cá (2016, ano do vídeo-debate), ele tem tido diversas atualizações, inclusive pelo fato de receber algumas críticas. Afirma que a proposta é integralmente apartidária, e, por isso mesmo, tem tido bastantes críticas pelas siglas e grupos que teriam, segundo ele, “aparelhado as instituições de ensino no país, politicamente, e colocaram o sistema educacional para favorecer determinadas correntes políticas ideológicas e partidárias” (Vídeo/debate TV Cultura, 2016).

Para Miguel, o grupo estaria simplesmente “querendo levar as obrigações presentes na Constituição Federal Brasileira para a sala de aula, a todos os professores”. Essas obrigações, presentes no projeto, e também no site do movimento, dizem respeito às obrigatoriedades:

- 1) O professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.
- 2) O professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.
- 3) O professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará os alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.
- 4) Ao tratar de questões políticas, sócio-culturais, e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade -, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito.
- 5) O professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.
- 6) O professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro de sala de aula (ONG ESCOLA SEM PARTIDO, 2018).

Estas são as principais requisições realizadas pelo grupo que suscitam grandes discussões em todo o país, de 2014 em diante, e pautou o debate em questão pela TV Cultura.

Fernando já afirma que o projeto “não é neutro e apartidário, e afirmar isso é no mínimo, questionável, pois ele surgiu justamente através de um pedido do deputado estadual *Flávio Bolsonaro* (Partido Social Liberal - PSL), do estado do Rio de Janeiro”. Afirma também que seu irmão, o vereador *Carlos Bolsonaro* (Partido Social Cristão - PSC), apresentou no município do Rio de Janeiro, poucas semanas depois de ser apresentado por Flávio no Congresso Estadual.

Salienta ainda Fernando que “em uma breve busca na página do movimento, na rede social *Facebook*, na internet, é possível observar *memes*, e noticiários demonstrando quem seria, teoricamente, o grupo beneficiário da chamada “doutrinação ideológica” nas escolas, ou, o Partido dos Trabalhadores (PT), normalmente”.

Para Fernando, também, algumas interpretações de alguns dispositivos constitucionais, seriam equivocados. Quando se fala, por exemplo, no projeto, de definir alguns princípios para a Educação Nacional, por ser um projeto de lei ordinário, estaria este sendo inconstitucional, e, esses princípios já são estabelecidos pela Constituição Federal. Em relação ao “pluralismo de ideias”, presente também na lei maior, o projeto estaria mutilando este princípio por não contemplar a parte que afirma sobre o pluralismo das concepções pedagógicas.

Enfim, existem vários dispositivos e nuances que o projeto, e o movimento em si, querem redefinir em relação às leis educacionais no país. Poderíamos elencá-los todos, mas a intenção é de apenas demonstrar que tal projeto é, antes de tudo, uma tentativa de fazer calar os educadores, sobretudo os defensores de uma escola crítica, e libertária, mas a todos aqueles também que, por questões diversas, não foram preparados para perceber o quão dialético é a formação social de nosso país.

Devido as questões de má formação, conforme aponta Bertonceli (2016), históricas em nosso país, há pouco questionamento, e pouca criticidade em relação à organização social que oblitera, a todos, de outras, cerceando-os, e produzindo muitas desigualdades. Não somente por isso, mas, por vários outros motivos, vivemos nesse mundo de alta concentração de renda, para uma diminuta minoria, e de pouca qualidade de vida à maioria das pessoas.

O que busca o *Escola “sem” Partido* é, justamente, que as escolas continuem a ser fruto dessa sociedade desigual, e, ao mesmo tempo, reprodutora. Assim, buscam subjugar as massas, tal qual realizam os elementos da *superestrutura* capitalista, historicamente, e também àqueles que se rebelam contra tal organização social, através de uma falsa neutralidade que, como se sabe, e conforme aponta Saviani (1999), e o próprio professor Fernando, no debate acima do vídeo da TV Cultura, não é possível.

Reiteramos também a necessidade de saber definir quais são os interessados nas políticas que buscam ser criadas e, que necessita-se compreender o contexto em que elas acabam tendo notoriedade. É possível frisar ainda, que não há momento mais oportuno, que este atual, para atacar deliberadamente as siglas políticas progressistas e desmerecê-las, no Estado de exceção vivido desde a destituição do último governo deste campo. Ademais, é preciso compreender o movimento e o dinamismo dessa sociedade abstrusa, o que vai além.

Chauí (1981), por sinal, em uma intensa discussão para compreender o “movimento” das coisas, compreende que já nas sociedades antigas os filósofos buscavam explicações para os movimentos/transformações. Mas, neste mundo moderno, de ainda maior dinamismo, e, mais intrincado do que parece, precisa-se, por isso, compreender todos os meandros que fazem da educação, ao invés de um aparelho transformador, um aparelho reprodutor dessa realidade.

Dessa forma, cabem questionamentos sobre as possibilidades de os “intelectuais orgânicos”, citados por Gramsci (1999), verdadeiros defensores das teorias críticas e emancipatórias, conseguirem destituir um organismo que lhes é imposto, desde há muito tempo, institucionalizado e legalizado, que defende uma formação produtivista e, sobretudo, a perpetuação da sociedade estratificada.

Considerações Finais: Há como Criar Condições de Superação da Ideologia Dominante e dos seus Costumeiros Ataques?

Diante das afirmativas, e do que consideram as próprias leis, destacadas anteriormente, também há o fato de que, num verdadeiro processo de precarização do trabalho docente, que se inicia já nas áreas de base de nossa educação, vê-se, em nosso país, que esses profissionais possuem muitas dificuldades de realizar um ensino com autonomia. Existem muitas barreiras que os impedem, por conta das dificuldades materiais, humanas e até formativas, este processo (BERTONCELI, 2016).

Notadamente, Chauí (1981), ao teorizar sobre a realidade social, por relativizar a classe operária, propõe uma visão mais condizente com a realidade. É nítida, para ela, a hierarquia social, logo, também, que não nos constituímos como seres “iguais”, não possuímos as mesmas raízes, e o acesso ao que desejamos, obviamente, não é igual a todos, assim como a educação, que não é a mesma para todas as classes.

Também para Althusser (1970), a escola toma todas as crianças, de todas as classes como suas, para ensinar, embora vise aos filhos dos proletários, um futuro diferente. Desde os primeiros anos (em que ela é mais vulnerável) busca-se oferecer os “saberes práticos” envolvidos na ideologia dominante. Nenhum outro aparelho ou lugar dispõe de meios tão eficientes e menos ainda, a atenção das crianças como a escola.

“Algures, por volta dos dezesseis anos, uma enorme gama de crianças cai na produção: são os operários ou os pequenos camponeses” (ALTHUSSER, 1970, p. 64-65).

Outros formarão os quadros médios e pequenos empreendedores, outros ainda, se formarão como agentes da repressão do Estado (militares, políticos, administradores) e outros, profissionais de outras ideologias (padres, pastores, etc.).

De acordo com Marx e Engels (1993) a ideologia dominante é, notadamente, a ideologia da classe dominante, e, aqueles que não as contestam, defendem-na. Os mesmos autores se preocuparam em demonstrar, com base nos pressupostos teóricos do materialismo histórico dialético, que essa ideologia não surge do nada, sendo produzida a partir das relações socioeconômicas, da luta de classes, das contradições existentes na sociedade hodierna, mas com um objetivo maior, de tentar justificar, ou omitir seus conflitos, tornando-os naturais.

Destarte, em as pessoas absorverem o ideário Escola “sem” Partido, poderão estar omitindo, ou naturalizando as coisas e desmantelando a luta de classes, desconsiderando as verdadeiras faces do capitalismo e da ideologia que os domina, papel exercido pelos defensores do “não partidarismo” na escola, que nisso enxergam, valores democráticos.

Chauí (2000, p. 09), aliás, aponta que quando as pessoas começam a questionar o que vivenciam começam a tomar distância de si. “Ao tomar essa distância, estariam interrogando a si mesmo, desejando conhecer por que cremos no que cremos, por que sentimos o que sentimos e o que são nossas crenças e nossos sentimentos”. Saindo do pensamento comum, do modo padronizado de viver, essa pessoa estaria tendo uma “atitude filosófica”.

De um modo geral, a ideologia dominante atinge, certamente, toda a esfera social, pelos mais diversos aparelhos. Dessa forma, acredita-se que uma transformação dessa sociedade, arquitetada e bem estruturada, só deverá acontecer quando essa ideologia for completamente superada, e quando a sociedade como um todo, passar a ter como “senso comum” outro tipo de filosofia, que não essa.

Todavia, neste momento, tal acontecimento pode ser considerado utopia, sobretudo no Brasil de agora, cabendo aos “intelectuais orgânicos” buscarem desenhar uma sociedade que, conhecendo todas as ideologias, possa-se optar por aquela que possua mais coerência, mais justiça social e que não retire de ninguém, sua essência política. Somente assim poderemos, talvez, escolher entre uma ou outra ideologia, mas nunca, jamais, poderemos podar as manifestações, quaisquer que sejam, em favor ou contra, determinada ideia. Deve-se, ao contrário, dialogar com todas.

Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. – Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. - Lisboa, Portugal: Editorial Presença / Martins Fontes, 1970.

BERTONCELI, Mariane. **Trabalho docente na educação infantil: entre a precarização e a valorização profissional**. – Francisco Beltrão, 2016.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil – C.F de 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 13/02/2018.

BRASIL, **Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. – 1996. Acesso em 12/02/2018.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. 21ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

CAZUZA, Agenor de Miranda Araújo Neto. **Ideologia**. - Disponível em <http://cazuza.com.br/album/ideologia/>. Acesso em 09/02/2018.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

COSTA, Ana Maria Nicolaci. **Revoluções tecnológicas e transformações subjetivas**. In *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*. –Vol. 18, n. 2, pp. 193-202. Maio-Ago 2002

COTRIM, Gilberto. **História global: Brasil e Geral**. – 1ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. 1 ed. Contraponto Editora, Rio de Janeiro.1997.

ENGELS, Friederich. **Anti-Dühring**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

ESCOLA SEM PARTIDO, Ong. **Apresentação**. - Disponível em <http://www.escolasempartido.org/apresentacao>. Acesso em 09/02/2018.

FRIGOTTO, Gadêncio. **A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação**. – in: Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e sociedade brasileira. – Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 1. Introdução ao estudo da filosofia: a filosofia de Benedetto Croce. Edição Carlos Nelson Coutinho. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1999.

KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação: Contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação**. – 2. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. / tradução e introdução de Florestán Fernandes. – 2. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

MELLO, Vico Denis S. DONATO, Manuella Riane A. **O Pensamento Iluminista e o Desencantamento do Mundo: Modernidade e a Revolução Francesa como marco paradigmático**. / Revista Crítica Histórica. Ano II, n. 4, 2011.

NETTO, Paulo José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. – 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**./ trad. Eni Pulcinelli Orlandi [et al.] - - 2. Ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995

SALA DEBATE, Canal Futura. **Escola sem partido: debate**. – publicado no Canal Debate, do YouTube, em 19 de julho de 2016. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=J2v7PA1RNqk&t=2779s>. acesso 03/07/2018.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. São Paulo, SP: Autores Associados, 1999.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia históricocrítica**: primeiras aproximações. 8. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003. (Col. Educação contemporânea).